



GT 009. Antropologia da Criança: conjugando direitos e protagonismo social

Fernanda Cruz Rifiotis (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) - Coordenador/a, Clarice Cohn (UFESCar) - Coordenador/a, Emilene Leite de Sousa (UFMA) - Debatedor/a, Antonella Maria Imperatriz Tassinari (Universidade Federal de Santa Catarina) - Debatedor/a

O objetivo do GT é reunir trabalhos que tenham como foco os modos pelos quais as crianças se constroem enquanto sujeitos, a fim de mapear e problematizar os desafios teóricos e metodológicos no campo da Antropologia da Criança. Como forma de dar continuidade aos GTs realizados em outras RBAs, interessa-nos trazer para o primeiro plano das reflexões, o potencial das crianças para revelarem o que nem sempre é objeto de atenção em estudos focados exclusivamente nos adultos. Gostaríamos de receber trabalhos sobre infâncias diferenciadas (crianças urbanas, campesinas, quilombolas, indígenas, de populações tradicionais, em situação de institucionalização, entre outras) que suscitem questões de gênero, raça e direitos específicos. Considerando o tema da 31 RBA, destacamos a importância de pensar sobre os direitos e a proteção desses sujeitos, assim como também sobre os sujeitos desses direitos e seu protagonismo social. A proposta do GT é congrega pesquisas etnográficas recentes que suscitem discussões teóricas, metodológicas e éticas em diferentes contextos nacionais e internacionais abrangendo: estudos que pensem as experiências de construção das crianças enquanto sujeitos, que empreendam análises das tecnologias de governo voltadas às crianças, que exercitem reflexões metodológicas sobre a pesquisa com crianças e discutam as noções sociais de infância e que coloquem em perspectiva a questão da proteção e dos direitos desses sujeitos e seu protagonismo social.

Viver entre ruínas: remoção e direito à cidade da perspectiva das crianças da favela Metrô Mangueira, RJ

Autoria: Leticia de Luna Freire

Este work consiste em um recorte do projeto de pesquisa que vimos desenvolvendo, desde 2016, na Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com o objetivo de investigar os efeitos dos processos de mobilidade residencial forçada, em particular aqueles relacionados à realização dos megaeventos esportivos na capital fluminense, sobre a experiência escolar de crianças das famílias atingidas e matriculadas em instituições públicas de ensino fundamental e médio. Embora se oriente pela perspectiva antropológica, priorizando o ponto de vista das crianças sobre suas próprias experiências, o projeto busca fortalecer o diálogo entre distintos campos disciplinares (antropologia urbana, antropologia da criança, sociologia urbana, sociologia da educação, urbanismo, etc.), assim como a combinação de diferentes metodologias de pesquisa qualitativa (work de campo de caráter etnográfico, entrevistas, realização de oficinas, percursos comentados, etc.). Mais especificamente, apresentamos alguns resultados da pesquisa em desenvolvimento na favela Metrô Mangueira, situada na Zona Norte da cidade, vizinha ao Estádio Mário Filho, à estação de metrô Maracanã e à própria UERJ, com o intuito de analisar o ponto de vista dessas crianças sobre o processo de remoção quase total das moradias levado a cabo pela prefeitura entre os anos de 2010 e 2016, no bojo de um projeto de renovação da região com vistas à realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos. Inspirados no livro *Como as crianças vêm a cidade?* (1995), escrito por uma equipe interdisciplinar a partir de material produzido pelas crianças de um bairro carioca que sofria um processo radical de renovação urbana, partimos do pressuposto de que as crianças da favela são usuárias competentes da cidade?. Desse modo, buscamos valorizar suas narrativas, produzidas sobretudo em oficinas



realizadas pela equipe do projeto, a fim de apreender como elas vivenciaram e atribuem sentido ao processo de remoção e à sua inserção na cidade, mas também como tais construções simbólicas se refletem na sua vida cotidiana, familiar e escolar. Não buscamos, porém, falar dessas crianças sem nos despir de um lugar de autoridade e poder sobre elas nem sem entender os significados de ser ?criança? nesse lugar, mas concebê-las como sujeitos capazes de criar seu próprio sistema simbólico e sua visão de mundo sobre a favela e o direito à cidade, abordando questões pouco exploradas pelos estudos urbanos. Como muitos works produzidos na área de ?Antropologia da Criança? tem evidenciado, estudar a criança é importante, por sua vez, tanto por ela expressar o que os adultos normalmente não o fazem quanto por fazê-lo de forma distinta, revelando uma dimensão sensível particular da constituição da cultura.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

